



## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2015

Processo Administrativo n.º: 1011/2015

A Prefeitura do Município de Pilar do Sul - São Paulo, por sua Prefeita Municipal, Janete Pedrina de Carvalho Paes, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 83188368 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 165.243.178-07, residente e domiciliada na Rua Pedro José Paes, 170 – Bairro Jardim Esperança - Pilar do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a Chamada Pública nº 02/2015.

### 1 – Do Objeto

1.1 - O objeto da presente Chamada Pública consiste no cadastramento de empresas interessadas em receber em regime de concessão um lote de terra localizado na zona industrial de Pilar do sul, para fins de instalação.

### 2 – Do Lote

2.1 – O lote a ser concedido esta localizado na Rua Adão Domingues, Lote N-1, Área Industrial, com área de 1.284,50 m<sup>2</sup>.

2.2 – Anexos:

- Anexo I - Memorial Descritivo
- Mapa do local.

### 3 – Da Doação

3.1. A outorga se dará por meio de contrato de concessão de direito real de uso sobre imóvel, em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei 1108/92, pelo prazo de 10 (dez) anos.

### 4 - Condições para Participar

4.1 - Poderão participar desta Chamada Pública quaisquer empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

4.2 - É vedada a participação de Empresa:

4.2.1 - Que estiver sob falência, dissolução ou liquidação.

4.2.2 - Que apresentar-se consorciada.

4.2.3 - Que incidir-se no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

4.2.4 - Que conste como apenada no Comunicado disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - [www.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm](http://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm).

4.2.5 - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

4.2.6 - Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93.

### 5 – Da Apresentação e do Protocolo dos envelopes

5.1 - A documentação e a proposta, deverão ser protocolados em envelopes lacrados, até às **16h00min** do dia **12 de junho de 2015**, no prédio do paço municipal, sito à Rua Tenente Almeida, 265, Centro, Pilar do Sul – SP- (SETOR DE PROTOCOLO). Após análise da documentação protocolada, a Comissão de Avaliação Industrial (CAI) notificará as empresas do resultado.

5.2 – O envelope de documentação deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

**Prefeitura Municipal de Pilar do Sul**  
**Chamada Pública nº 02/2015**  
**Documentação**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

[www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)

**5.3** - Os documentos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os documentos emitidos via web não necessitam de autenticação.

**5.4** – O envelope de documentação deverá conter os seguintes documentos conforme Lei Municipal nº 1108/92:

**5.4.1** - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ**), obtida no site [http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva\\_solicitacao.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp) ;

**5.4.2** - Contrato social ou constitucional de firma individual, registrado na JUCESP , inclusive alterações posteriores;

**5.4.3** - Prova de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal, mediante da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos, obtida <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1ou> Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

**5.4.4** - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF (Certificado de Regularidade), dentro do prazo de validade, obtida no site <https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> ;

**5.4.5** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT, obtida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, dentro da validade;

**5.4.6** - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa)** dias da data prevista para a apresentação dos envelopes;

**5.4.7** - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade, obtida no site <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/da-ic-web/inicio.do> ;

**5.4.8** - Comprovação de solidez financeira da empresa, demonstrada através de balanço contábil;

**5.4.9** - Declaração de que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro meses), a contar da assinatura do contrato de Concessão, construirá prédio necessário para instalação e funcionamento;

**5.4.10** - Declaração de que apresentará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato, projeto completo, cronograma de obras e memorial descritivo do empreendimento industrial;

**5.4.11** - Termo de compromisso de que não transferirá no todo ou parcialmente, os direitos decorrentes desta doação, para outra atividade não especificada neste edital.

**5.5** – O envelope de proposta deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

## ***Prefeitura Municipal de Pilar do Sul***

### ***Chamada Pública nº 02/2015***

#### ***Proposta***

**5.6** – A proposta deverá ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo constar dados suficientes e claros à sua perfeita caracterização, sendo assinada pelo representante legal, além de obrigatoriamente conter os seguintes elementos:

**5.6.1** - Especificação do objeto e finalidade a que se destina, acompanhado do projeto técnico de construção e instalação da empresa;

**5.6.2** - Previsão de faturamento mínimo médio mensal;

**5.6.3** - Número mínimo de novos empregos;

**5.6.4** - Total de investimento em equipamentos;

**5.6.5** – Projeto sócio econômico de responsabilidade e sustentabilidade social.



## 6 – Do Julgamento

**6.1** - A Comissão de Avaliação Industrial (CAI) examinará os documentos de habilitação, sendo inabilitada(s) a(s) empresa(s) que não apresentar(em) o(s) documento(s) solicitado(s).

**6.2** - Os envelopes contendo as PROPOSTAS só serão abertos depois de transcorrido o prazo, sem interposição de recursos, ou se esses ocorrerem, após o seu julgamento, ou se houver desistência expressamente consignada em ata.

**6.3** – Será classificada em primeiro lugar a empresa habilitada que apresentar maior vantagem para o município.

**6.4** - Caberá a prefeita municipal, a homologação e adjudicação desta chamada e o julgamento dos recursos eventualmente interpostos pelos concorrentes.

## 7 – Disposições Finais

**7.1** - A Comissão de Avaliação Industrial (CAI) concederá prazo de 05 (cinco) dias as empresas que desejarem interpor recurso, ficando os demais, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**7.2.** Prevalecerá o disposto no presente edital, sempre que houver dúvidas entre eles e os elementos a ele incorporados.

**7.3** - Os casos omissos, não previstos neste edital, serão solucionados pela senhora prefeita, ouvidos os órgãos técnicos e especializados da prefeitura.

**7.4** - As concorrentes deverão pautar a elaboração de suas propostas estritamente dentro das normas do presente edital.

**7.5** - A presente chamada Pública poderá ser revogada a critério exclusivo da prefeita do município de Pilar do Sul, sem que assista às concorrentes qualquer reclamação ou indenização.

**7.6** - Durante a fase de preparação das propostas, qualquer pessoa ou as empresas interessadas, poderão fazer consultas por escrito.

**7.7** - As consultas de esclarecimentos deverão ser encaminhadas oficialmente à Comissão de Avaliação Industrial (CAI) até o segundo dia útil anterior a da data final consignada para a entrega dos envelopes e, se consideradas pertinentes, a exclusivo critério da Comissão, serão respondidas. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone ( 0xx15-32789700 ), serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

**7.8** - Das sessões públicas do certame licitatórios serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Comissão de Licitações e pelos licitantes presentes.

**7.9** - Os recursos administrativos serão dirigidos a Comissão de Avaliação Industrial (CAI), devendo ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Pilar do Sul.

**7.10** - O resultado do presente certame será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.pilardosul.sp.gov.br>.

Pilar do Sul, 16 de abril de 2015.

**JANETE PEDRINA DE CARVALHO PAES**  
Prefeita Municipal



## Minuta - Contrato de Concessão De Direito Real De Uso Sobre Imóvel Público n°. ...../2015

Processo(s) Administrativo(s): 1011/2015

Chamada Pública nº. 02/2015

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ. sob n.º 46.634.473/0001-41, com sede na Rua Tenente Almeida, n.º 265, Pilar do Sul, Estado de São Paulo, representada pela Prefeita Municipal, Sra. **JANETE PEDRINA DE CARVALHO PAES**, brasileira, casada, assistente social, portadora do RG n.º 8.318.836-8, inscrita no CPF sob n.º 165.243.178-07, residente e domiciliada à Rua Pedro José Paes, n.º 170, Bairro Jardim Esperança, em Pilar do Sul, Estado de São Paulo, doravante denominado **CONCEDENTE**; e de outro lado a empresa ....., estabelecida na ....., n.º ....., bairro ....., na Cidade de ....., Estado de ....., CEP n.º ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., telefone: ....., e-mail ....., representada neste ato pelo Sr(a) ....., brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) da cédula de identidade RG n.º ....., cadastrado no CPF/MF sob n.º ....., residente e domiciliado na Rua ....., n.º ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., CEP n.º ....., doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, têm entre si justos e acordados a presente concessão de direito real de uso sobre o imóvel abaixo especificado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula 1ª** - A **CONCEDENTE** é legítima proprietária do terreno urbano localizado Rua Adão Domingues, Lote N-1, Área Industrial, com área de 1.284,50 m<sup>2</sup>, conforme as seguintes medidas e confrontações:

“Inicia-se num ponto na divisa com o lote N-4, deste ponto segue em reta na distância de 61,80 metros, confrontando com o lote N-4, deflete a direita e segue em reta na distância de 28,29 metros, confrontando com o lote N-3, deflete a direita e segue em reta na distância de 61,56 metros, confrontando com o lote N-2, deflete a direita e segue em reta até o seu ponto inicial na distância de 28,29 metros, confrontando com a Rua Adão Domingues, encerrando assim o polígono acima descrito.”

**Cláusula 2ª** – Em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº. 1108, de 20/11/1992, que dispõe sobre incentivos ao desenvolvimento industrial do município, a **CONCEDENTE** outorga a favor da **CONCESSIONARIA**, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura deste instrumento, a concessão de uso do imóvel retro mencionado.

**Cláusula 3ª** - A **CONCESSIONÁRIA**, obrigar-se-á ofertar aproximadamente (.....) empregos diretos para pessoas residentes no município.

**Parágrafo Único** - Todos os funcionários contratados para trabalhar na **CONCESSIONÁRIA**, deverão ser selecionados no Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, ou encaminhados pela secretaria responsável à empresa para que a mesma encaminhe ao órgão competente acima citado para entrevistas e seleção dos funcionários, na totalidade da mão-de-obra ofertada, 90% do seu quadro de funcionários deverão ser habitantes de Pilar do Sul.



**Cláusula 4ª** - A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a instalar no imóvel empresa no ramo de “.....” e que a empresa deverá apresentar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do contrato, projeto arquitetônico devidamente aprovado nos órgãos públicos e dar início nas obras.

**Cláusula 5ª** - A título de incentivo industrial a **CONCESSIONÁRIA** será beneficiada de isenção de tributos municipais, inclusive quanto às instalações e edificações industriais, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do contrato.

**Clausula 6ª** – Em contrapartida a **CONCESSIONÁRIA** ..... de acordo com a proposta apresentada, em local a ser definido posteriormente e regularizada por meio de Lei Municipal.

**Cláusula 7ª** - A partir da assinatura do instrumento de outorga da concessão e durante a sua vigência, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se:

I – a não utilizar o imóvel para fins estranhos aos estabelecidos, bem como não cedê-lo, no todo ou em parte, a terceiros, salvo com anuência expressa da Concedente;

II - a manter o imóvel permanentemente limpo e conservado, providenciando, às suas expensas, as obras de manutenção que se fizerem necessárias;

III – a não implementar quaisquer benfeitorias no imóvel, sem prévia autorização por escrito da Concedente;

IV – a arcar com todas e quaisquer despesas, tributos e contribuições que venham a incidir sobre o imóvel e serviços;

V- a impedir por todos os meios lícitos que estiverem ao seu alcance o esbulho possessório do imóvel por terceiro e comunicar imediatamente a Concedente acerca de qualquer turbção possessória;

VI - a utilizar apenas mão-de-obra local, oferecendo o adequado treinamento e aperfeiçoamento técnico, excetuando-se mão-de-obra administrativa e especializada, cuja contratação será feita exclusivamente de acordo com os critérios da Concessionária;

VII - a pagar as despesas de consumo de água e energia elétrica;

VIII - apresentar licença de funcionamento da CETESB.

**Cláusula 8ª** - Ocorrendo à paralisação das atividades industriais por um período superior a 06 (seis) meses, a **CONCEDENTE** poderá promover a rescisão do presente contrato de concessão, com a retrocessão do imóvel, não restando à **CONCESSIONÁRIA** qualquer direito a indenização ou retenção pelas benfeitorias e edificações realizadas no terreno, podendo, no entanto um terceiro interessado ouvido a Comissão de Avaliação Industrial, assumir o empreendimento e ressarcir a **CONCEDENTE**, dando origem a um novo contrato (art. 10 da Lei 1108/92).

**Cláusula 9ª** – A **CONCEDENTE** reserva, desde já, o direito de vistoriar o imóvel quando lhe convier, na pessoa do Chefe do Executivo ou pessoa por ele designada e que deverá ser realizada sem qualquer embaraço por parte da **CONCESSIONÁRIA**.

**Cláusula 10ª** - Para dirimir quaisquer questões oriundas da presente concessão, fica eleito o Foro da Comarca de Pilar do Sul, Estado de São Paulo.

E por estarem justas e acordadas com as cláusulas deste instrumento, bem como da Lei Municipal nº 1.108/92, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de duas testemunhas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

[www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)

Pilar do Sul, ..... de ..... de 2015.

Janete Pedrina de Carvalho Paes  
Prefeita Municipal  
Concedente

Juarez Marcio Rodrigues  
Secr. dos Neg. Juríd. e Tributários

José Francisco de Almeida  
Secr. de Finanças e Planejamento

Cristiano Donizete Batista  
Secr. de Adm. e Recursos Humanos

Empresa .....  
Resp. pela empresa .....  
Concessionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RG. nº.

RG. nº.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

[www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)

A Comissão Municipal de Licitação, com sede na Rua Tenente Almeida, 265 – Centro, faz saber que se acha aberta a **Chamada Pública n.º 02/2015**, para o cadastramento de empresas interessadas em receber em concessão um lote de terra localizado na área industrial de Pilar do sul, para fins de instalação.

Os envelopes contendo a documentação e a proposta deverão ser protocolados até às **16h00min** do dia **12 de junho de 2015**.

Mais informações:

- Pelo telefone: 0xx15-32789700.
- Pela internet: <http://www.pilardosul.sp.gov.br>

Pilar do Sul - SP, 16 de abril de 2015.

Edi Nelson Rodrigues dos Santos  
Presidente da Comissão de Licitações



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

[www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)

## Termo de Recebimento

### Chamada Pública nº 02/2015

	Nome	Endereço	Visto de Recebimento
01	R&E Contabilidade	Avenida Papa João XXIII, 964	
02	ACE	Rua Orlando de Almeida Sales, 26	
03	Escritório de Contabilidade 3M	Rua José de Nobrega, 731	
04	Zequinha Despachante	Avenida Papa João XXIII, 100	
05	Batista Contabilidade e Despachante	Rua Américo Brasiliense, 253	
06	Escritório 5 de Novembro	Rua Coronel Batista n.º 264	
07	Escritório Correa	Rua Santo Antonio, 305	
08	Marivaldo R. Carvalho	Rua Genésio Rolim de Góes, 190	
09	Escritório Rainha	Rua Antonio Paulista, 760	
10	Escritório Pereira	Rua Juca do Turvinho, 33	
11	Escritório Aroldo	Rua 5 de Novembro, 347	
12	Escritório Almeida	Rua José Braga Sobrinho, 536	
13	Zeca Despachante	Rua José Braga Sobrinho, 419	